
CERTIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA-

Sistemas de Certificação

```
graph TD; A([Sistemas de Certificação]) --> B([Década de 1970]); A --> C([Década de 1980]); A --> D([Década de 1990]); B --- B_text[Orgânica]; C --- C_text[Fair trade]; D --- D_text[Rainforest Alliance / RAS]; D --- D_text2[FSC]; D --- D_text3[Cerflor]; D --- D_text4[Globalgap];
```

**Década de
1970**

Orgânica

**Década de
1980**

Fair trade

**Década de
1990**

Rainforest
Alliance / RAS
FSC
Cerflor
Globalgap

1. Certificação orgânica

Debate: agricultura convencional e agricultura alternativa

International Federation of Organic Agriculture Movements (**IFOAM**) / Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica: criada em 1972, na França

Accreditação para certificadoras de produtos orgânicos

Harmonização internacional de normas técnicas e certificação de produtos orgânicos

Certificação orgânica

- ✓ Abordagem da atividade agrícola e da ciência agrícola (pesquisa e desenvolvimento da AO)
- ✓ Sistema produtivo viável e sustentável, econômico, ecológico e socialmente correto
- ✓ Práticas agrícolas adaptáveis à realidade local
- ✓ Compatíveis com princípios biológico e ecologicamente corretos

1. Certificação orgânica

- ✓ Plano de manejo e de conversão:
- ✓ Histórico da área, culturas plantadas, adubos, manejo orgânico de pragas e de doenças, manejo orgânico animal, procedimentos para processamento, embalagem e comercialização
- ✓ Aspectos a ser modificados durante o período de conversão

1. Certificação orgânica

Foco:

Conservação dos solos

Biodiversidade da fazenda

Proibição do uso de agrotóxicos e adubos químicos

Proibição de produtos transgênicos

Produção animal:

Alimentação com pastos e grãos orgânicos

Acesso ao pasto

Não utilização de remédios alopáticos

1. Certificação orgânica

Exemplo: exigências da certificação IBD

- **Descontaminar o solo;**
- **Não utilizar adubos químicos e agrotóxicos;**
- **Atender às normas ambientais do Código Florestal Brasileiro;**
- **Recompor matas ciliares, preservar espécies nativas e mananciais;**
- **Respeitar as normas sociais baseadas nos acordos internacionais do trabalho;**
- **Respeitar o bem-estar animal;**
- **Desenvolver projetos sociais e de preservação ambiental**

1. Certificação orgânica

Governo federal: **1995** criou Comitê Nacional de Produtos Agrícolas (CNPO): elaborar normas nacionais

Participação: ONGs, MAPA, Embrapa, MMA, universidades

1998: Portaria 505/98, com proposta de normatização de produtos orgânicos : Proposta aberta para consulta

DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007

Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica: estabelece mecanismos de avaliação da conformidade orgânica

1. Certificação orgânica

Selo brasileiro de conformidade orgânica (**Produto Orgânico Brasil**): produções orgânicas aprovadas em processos de certificação por auditoria ou em sistemas participativos de garantia da conformidade orgânica

1. Certificação orgânica

Mecanismos de controle de conformidade orgânica

- Venda direta sem certificação: produtores familiares cadastrados no MAPA

- Sistema participativo de garantia de conformidade orgânica: produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos, organizações públicas e privadas. Criam um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) credenciado no MAPA. A responsabilidade é coletiva

- Certificação da produção orgânica: auditoria independente feita por certificadora credenciada no MAPA

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

Foco: voltado ao sistema de **comercialização**, assegurando que os produtores recebam um preço mínimo por seu produto + um prêmio adicional para investimento em projetos comunitários.

Modificar situações marcadas por Desigualdade **social** e Precariedade nas **relações de trabalho**

Inclui também alguns critérios **ambientais**

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

Princípios:

- 1. Fortalecimento da Democracia, Respeito à Liberdade de Opinião, Organização e Identidade Cultural**
- 2. Condições Justas de Produção, Agregação de Valor e Comercialização**
- 3. Apoio ao Desenvolvimento Local e Sustentável**
- 4. Respeito ao Meio Ambiente**
- 5. Respeito aos direitos das Mulheres, Crianças, Grupos Étnicos e Trabalhadores(as)**
- 6. Informação ao Consumidor**
- 7. Integração da cadeia produtiva**

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

Requisitos:

Trabalho cooperativo

**Pagamento de salários justos aos
trabalhadores**

Educação do consumidor

Sustentabilidade ambiental

Suporte técnico e financeiro

Respeito à identidade cultural

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

Origem: anos 60, movimento surgido na **Europa** para fortalecer países do **Terceiro Mundo**

Contexto de desigualdades

Movimentos sociais ligados aos pequenos produtores

Instituições criaram rede de comércio justo

Rede varejista que **elimina intermediários**

Primeiros trabalhos: artesanato

Anos 80: certificação voltada para pequenos e médios produtores, associações ou cooperativas

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

Comércio justo: segmento de mercado com trocas mais equitativas entre **pequenos e médios produtores de países em desenvolvimento e um segmento de consumidores dos países ricos**

Atividade **economicamente** sustentável, agricultura **ecologicamente** correta, relações de trabalho **socialmente** justas

Produtos alimentares orgânicos (café, chá, banana, cacau, açúcar, mel, suco de laranja e outras frutas e sucos tropicais, arroz); Artesanato; Cosméticos orgânicos, Têxteis, Ecoprodutos (detergentes, aromatizadores de ambiente)

2. Certificação de comércio justo (Fair Trade)

**Exemplos de produtos certificados no Brasil:
manga, banana, suco de laranja, castanha e
café**

3. Certificação Rainforest Alliance

Certificação Rainforest Alliance (Aliança para as Florestas Tropicais):

coalizão de organizações conservacionistas independentes e sem fins lucrativos:

Promover a sustentabilidade **socioambiental** das atividades agrícolas por meio do desenvolvimento de uma norma e da **certificação** de propriedade

Engloba produtos agropecuários em países tropicais

3. Certificação Rainforest Alliance

Missão: proteger ecossistemas, pessoas e vidas silvestres por meio da transformação das práticas de uso do solo, práticas comerciais e comportamento dos consumidores

Objetivo: garantir boas práticas de produção na agropecuária

Administra os sistemas de certificação

Sede: Estados Unidos

1992: estabelecimento de padrões

3. Certificação Rainforest Alliance

Princípios:

- 1. Sistema de gestão social e ambiental**
- 2. Conservação de ecossistemas**
- 3. Proteção da vida silvestre**
- 4. Conservação dos recursos hídricos**
- 5. Tratamento justo e boas condições de trabalho**
- 6. Saúde e segurança no trabalho**
- 7. Relações com a comunidade**
- 8. Manejo integrado do cultivo**
- 9. Manejo e conservação do solo**
- 10. Gerenciamento integrado de resíduos**

3. Certificação Rainforest Alliance

Aspectos considerados:

Meio ambiente, direitos e bem-estar dos trabalhadores e os interesses das comunidades locais

Não proíbe o uso de agroquímicos, porém exige o manejo integrado de pragas, a manutenção da cobertura arbórea e/ou a recuperação das reservas de vegetação nativa

É a secretaria internacional da Rede de Agricultura Sustentável (RAS)

3. Certificação Rainforest Alliance

Rede de Agricultura Sustentável (RAS), criada por ONGs da América Latina: promover mudanças socioambientais na produção agrícola regional.

Formada por ONGs, federações, institutos independentes e sem fins lucrativos

Usa o selo Rainforest Alliance Certified

Atuação também em regiões tropicais da Ásia e da África

Voltada para commodities: banana, cacau e café

Exemplos de produtos no Brasil: café, açúcar

3. Certificação Rainforest Alliance

RAS: 1991 a 1993, discussão e definição dos princípios da agricultura sustentável e das normas

1994: primeiras plantações de banana foram certificadas por estas normas.

Desde então, as normas foram **testadas** em propriedades de diferentes tamanhos e em plantações em vários países, por meio de uma série de auditorias e outras atividades relacionadas à certificação

3. Certificação Rainforest Alliance

Janeiro de 2018: fusão entre Rainforest Alliance e a certificação UTZ (café, cacau e chá).

Mantido o nome Rainforest Alliance

4. Certificação FSC

Forest Stewardship Council (FSC)

- ONG independente: Alemanha
- ONGs, Universidades, Instituições de pesquisa, Sindicatos, Empresas e Comunidades
- Elaboração e adoção de boas práticas de manejo florestal

4. Certificação FSC

Princípios para avaliação do manejo de plantações florestais

- 1. CONFORMIDADE COM AS LEIS E PRINCIPIOS DO FSC
- 2. RESPONSABILIDADES E DIREITOS DE POSSE E USO DA TERRA
- 3. DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
- 4. RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES
- 5. BENEFÍCIOS DA FLORESTA: assegurar viabilidade financeira e benefícios ambientais e sociais
- 6. IMPACTO AMBIENTAL: conservar diversidade ecológica, recursos hídricos, solos, ecossistemas e paisagens frágeis

4. Certificação FSC

Princípios

- 7. PLANO DE MANEJO
- 8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
- 9. MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO: aspectos ambiental, social e antropológico
- 10. PLANTAÇÕES FLORESTAIS: incluindo objetivos de conservação e restauração de florestas naturais

4. Certificação FSC

Tipos de certificação

- Certificação de manejo florestal: florestas
- Certificação de cadeia de custódia: foco no acompanhamento, ou seja, rastreia o processo de fabricação: da produção da matéria-prima que sai da floresta até o consumidor final
 - CoC: não são considerados aspectos sociais e ambientais. Foca empresas que processam matéria prima de florestas certificadas

4. Certificação FSC

Tipos de certificação

■ Certificação de madeira controlada: produtos com materiais provenientes de fontes aceitáveis pelo FSC

✓ Material inaceitável:

- ✓ 1. Madeira explorada ilegalmente;
- 2. Madeira explorada em violação de direitos tradicionais e humanos;
- 3. Madeira oriunda de florestas nas quais altos valores de conservação estejam ameaçados por atividades de manejo;
- 4. Madeira oriunda de florestas sendo convertidas em plantações ou uso não-florestal; e
- 5. Madeira de florestas nas quais árvores geneticamente modificadas sejam plantadas.

Fonte: <<https://br.fsc.org/>>

4. Certificação FSC

Produtos certificados

- Madeireiros
- Não madeireiros: óleos e resinas (óleo de copaíba, óleo de castanha), cascas das toras exploradas, erva mate verde para chimarrão, palmito de açaí etc.

5. CERFLOR

Programa Brasileiro de Certificação Florestal –
CERFLOR: agosto de 2002

- Demanda dos produtores brasileiros pela certificação florestal: empresas (papel e celulose, gráficas, embalagens)
- Desenvolvido pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC
- Implantado e gerenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

5. CERFLOR

- Normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- NBR 14789:2021 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para Plantações Florestais
- NBR 14790:2021 - Manejo Florestal - Cadeia de Custódia
- NBR 15789:2021 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para Florestas Nativas
 - Normas certificáveis: NBR 14789 e 14790

6. GLOBALGAP

- **GlobalGAP (Good Agricultural Practices):** organização privada
 - Origem: EUREP (European Retailers Produce Working Group) GAP (Good Agricultural Practices): grupo de atacadistas e varejistas europeus, desenvolveu protocolo em conjunto com outros membros da **cadeia produtiva** de alimentos
 - Define o padrão mínimo aceitável para os principais grupos varejistas/retalhistas mundiais
 - ✓ Estrutura de referência de boas práticas agrícolas na unidade de produção
 - ✓ **Agricultura comercial**

6. GLOBALGAP

■ Princípios

■ Atender interesse do consumidor:

✓ **segurança alimentar,**

✓ bem-estar animal,

✓ proteção ambiental

✓ saúde, segurança e bem-estar do
trabalhador

6. GLOBALGAP

Itens avaliados no Protocolo Globalgap / Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento (PCCC):

1. Rastreabilidade
2. Manutenção de registros
3. Estoques de sementes, mudas e variedades
4. Histórico do local e gerenciamento do local
5. Gerenciamento do solo e dos substratos
6. Uso de fertilizantes
7. Irrigação
8. Proteção do cultivo

6. GLOBALGAP

Itens avaliados no Protocolo Globalgap/ Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento (PCCC):

9. Colheita

10. Tratamento pós-colheita

11. Gestão de resíduos e poluição, reciclagem e reuso

12. Saúde do trabalhador, segurança e bem estar

13. Questões Ambientais

14. Atendimento aos clientes/reclamações

6. GLOBALGAP

- Grande difusão mundial: países e organismos de certificação
- Selo Globalgap: marca comercial usada para transações comerciais entre empresas
 - Não visível para consumidor final

6. GLOBALGAP

Etapas de produção consideradas:

- Produção vegetal: fruta e legumes, culturas para alimentação animal, café, chá, flores e ornamentais
- Produção animal: bovinos e ovinos, produção leiteira, suínos, aves
- Aquacultura

7. Programas de certificação agropecuária

**Mais do que
normas
técnicas de
produção**

7. CERTIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA

**Abordagem diferenciada
incidindo sobre produção:
inerente às características da
produção agropecuária**

**Certificação individual e em
grupo**

7. CERTIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA

**Aspectos
econômico,
social e
ecológico**

8. Sites para consulta

www.ibd.com.br - IBD (Certificadora de produtos orgânicos)

www.fmo.org.br - Fundação Mokiti Okada

www.ifoam.org - International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM - Organics International) (Certificação de alimentos orgânicos)

www.oiabrasil.com.br - Organização Internacional Agropecuária

www.fairtrade.net/standards.html - Fairtrade (Padrões da Certificação Fairtrade)

www.wfto.com - World Fair Trade Organization (WFTO)

8. Sites para consulta

www.rainforest-alliance.org - Rainforest Alliance (Certificação Rainforest Alliance)

<https://www.sustainableagriculture.eco/> - Sustainable Agriculture Network (rede internacional de ONGs focadas em ajudar empresas e agricultores em suas agendas de sustentabilidade)

www.imaflora.org - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) (fonte de informações sobre a Certificação FSC)

8. Sites para consulta

www.inmetro.gov.br - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)

www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp - INMETRO
(Certificação Florestal [Cerflor])

<https://www.pefc.org/standards->

[implementation/standards-and-guides](https://www.pefc.org/standards-and-guides) - Programme

for the Endorsement of Forest Certification (PEFC)

(Certificação de sistemas florestais nacionais)

<http://br.fsc.org> - Forest Stewardship Council Brasil

8. Sites para consulta

www.globalgap.org - GlobalG.A.P. (Certificação GlobalG.A.P.)

www.abnt.org.br - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ABNT NBR ISO/IEC 17065:2013 – Requisitos para organismos de certificação produtos, processos e serviços.
Disponível no site GedWeb (via Sistemas USP):

<https://uspdigital.usp.br/wsusuario/gedweb.jsp>

Referências

- **IMAFLORA** (2012) Múltiplos sistemas de certificação: Da competição à interação, cap. 7. In A busca da sustentabilidade no campo 10 anos de certificação agrícola no Brasil. Disponível <
http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5374c35ad6370_livro_imaflora_10anos-certificacao_DIGITAL.pdf>
- **PINTO, L. F. G e PRADA, L. S.** (2008) Fundamentos da certificação, cap.1. In ALVES, F. et al. Certificação Socioambiental para a Agricultura, Ed. EdUFSCar
- Textos e normas sobre sistemas de certificação agropecuária (disponíveis no Tidia)